



**PAUTA
PARA A 7ª SESSÃO ORDINÁRIA DO PERÍODO
ADICIONAL À 4ª SESSÃO DA 17ª LEGISLATURA
EM 10 DE FEVEREIRO DE 2015**

Em pauta por 5 (cinco) sessões, para conhecimento, recebimento de emendas e estudos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o artigo 156 e o item 2 do parágrafo único do artigo 148 do Regimento Interno.

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 11, de 2015, de autoria do deputado Orlando Morando. Revoga o § 1º do artigo 1º da Lei 15.626, de 2014.

2 - Projeto de lei nº 12, de 2015, de autoria do deputado João Caraméz. Dá a denominação de "Diretor Geral Sampaio Dória" ao imóvel sede da ARTESP, na Capital.

3 - Moção nº 4, de 2015, de autoria do deputado Marco Aurélio de Souza. Apela para o Sr. Presidente do Senado Federal e líderes partidários no sentido da rápida deliberação e aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 8, de 2013, alterando a Lei nº 9.277, de 1996, para dispor sobre cobrança de pedágio.

2ª Sessão

1 - Projeto de lei Complementar nº 1, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Altera a Lei Complementar nº 207, de 1979, que dispõe sobre a Lei Orgânica da Polícia Civil.

2 - Projeto de lei nº 8, de 2015, de autoria dos deputados Edinho Silva e Roberto Felício. Declara de utilidade pública a Liga Taquaritinguense de Voleibol Adaptado da Melhor Idade, Cultura e Esporte - LTVAMI, em Taquaritinga.

3 - Projeto de lei nº 9, de 2015, de autoria do deputado José Bittencourt. Declara de utilidade pública a "Associação de Difusão Cultural e Comunitária Boas Novas de Ribeirão do Sul", naquele Município.

4 - Projeto de lei nº 10, de 2015, de autoria do deputado Celso Giglio. Dá a denominação de "Diretor Ricardo Genesio da Silva" à Escola Estadual Cipava II-A, em Osasco.

5 - Moção nº 3, de 2015, de autoria do deputado José Bittencourt. Apela para a Sra. Presidenta da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados a fim de que promovam estudos e adotem providências com vistas à proposição e aprovação de um projeto de lei que altere a Lei Federal nº 9.503, de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, objetivando investir de parte do valor arrecadado com multas na manutenção, melhoramento e na construção de ciclovias e em programas para melhorar a qualidade dos transportes nas vias públicas rurais e urbanas.

3ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 7, de 2015, de autoria da deputada Constancia Felix. Dispõe sobre a instalação de bloqueadores de sinais de radiocomunicação e similares nos estabelecimentos financeiros do Estado.

2 - Moção nº 2, de 2015, de autoria do deputado Campos Machado. Apela para os Srs. membros do Senado Federal a fim de que adotem as urgentes providências objetivando a aprovação do Projeto de lei nº 554, de 2011, que normatiza a chamada "audiência de custódia", determinando prazo de 24 horas para que uma pessoa presa seja apresentada perante um Juiz de Direito competente.

4ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 5, de 2015, de autoria do deputado Rogério Nogueira. Declara de utilidade pública a "Associação dos Deficientes Físicos de Salto - Adefis ", naquele Município.

2 - Projeto de lei nº 6, de 2015, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Dispõe sobre a implantação do ONCO CHECK-UP obrigatório para pessoas a partir dos quarenta anos de idade no Estado.

3 - Moção nº 1, de 2015, de autoria do deputado Luis Carlos Gondim. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine aos órgãos competentes a realização dos estudos necessários, com a devida urgência, com

vistas à concessão de BOLSA NASCENTE, que seria o pagamento por serviços ambientais aos proprietários rurais e agricultores, estimulando o aumento da cobertura vegetal e a preservação e proteção dos mananciais.

5ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 2, de 2015, de autoria do deputado Antonio Mentor. Regula a distribuição de sacolas plásticas para acondicionamento de mercadorias fornecidas por estabelecimentos comerciais.

2 - Projeto de lei nº 3, de 2015, de autoria do deputado Antonio Mentor. Determina a fixação de comunicados visíveis nos Cartórios de Registro de Imóveis dispondo a respectiva tabela sobre descontos para pagamentos de registro de imóvel.

3 - Projeto de lei nº 4, de 2015, de autoria do deputado Edmir Chedid. Dá a denominação de "Roberto de Moraes" ao Contorno de Charqueada, SP 191 (Irineu Pentead), naquele Município.

Em pauta por 3 (três) sessões, para conhecimento e recebimento de recursos das Sras. Deputadas e dos Srs. Deputados, de acordo com o § 1º do artigo 33 do Regimento Interno (Pauta para Recursos).

1ª Sessão

1 - Projeto de lei nº 393, de 2011, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dá a denominação de "José Bolotari" ao viaduto localizado no km 125,60 da Rodovia Péricles Belini - SP 461, em Votuporanga.

2 - Projeto de lei nº 1161, de 2011, de autoria do deputado Itamar Borges. Dá a denominação de "Prefeito Ademar Luiz Cintra" ao viaduto localizado no km 599+525 da rodovia Euclides da Cunha - SP 320, em Santa Salete.

3 - Projeto de lei nº 575, de 2013, de autoria do deputado Chico Sardelli. Dá a denominação de "Ivo Cerqueira" ao viaduto localizado no km 117,900 da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, em Araçoiaba da Serra.

4 - Projeto de lei nº 800, de 2013, de autoria do deputado Fernando Capez. Institui o "Dia do Advogado Previdenciário".

5 - Projeto de lei nº 120, de 2014, de autoria do deputado Marcos Neves. Dá a denominação de "Dr. Dante Galvanese Amato" ao Centro de Referência do Idoso do Complexo Hospitalar do Mandaqui, na Capital.

6 - Projeto de lei nº 355, de 2014, de autoria do deputado José Bittencourt. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Festival Literário de Votuporanga - FLIV", naquele Município.

7 - Projeto de lei nº 655, de 2014, de autoria do deputado Marco Aurélio de Souza. Inclui no Calendário Turístico do Estado o "Concurso Brasileiro de Canto Maria Callas", em Jacareí.

8 - Projeto de lei nº 787, de 2014, de autoria do deputado José Bittencourt. Inclui no Calendário Turístico do Estado o evento "Marcha para Jesus" que ocorre anualmente no Município de Mirante do Paranapanema.

9 - Projeto de lei nº 926, de 2014, de autoria da deputada Vanessa Damo. Institui o "Dia Estadual de Conscientização das Mucopolissacaridoses".

10 - Projeto de lei nº 945, de 2014, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Inclui no Calendário Turístico do Estado as Festividades de Natal: Presépio e Cantatas, em Santana de Parnaíba.

11 - Projeto de lei nº 955, de 2014, de autoria do deputado Afonso Lobato. Inclui no Calendário Oficial de Eventos Turísticos do Estado a Semana Universitária Tambauense - SEUNIT, em Tambaú.

12 - Projeto de lei nº 1046, de 2014, de autoria do deputado Itamar Borges. Inclui no Calendário Turístico do Estado o Encontro de Antigomobilismo de São José do Rio Preto.

13 - Projeto de lei nº 1062, de 2014, de autoria do deputado José Bittencourt. Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Semana Municipal de Proclamação do Evangelho", em Igaratá".

14 - Projeto de lei nº 1070, de 2014, de autoria do deputado Hélio Nishimoto. Inclui no Calendário Turístico do Estado a "Feira Expobeleza", em São José dos Campos.

15 - Moção nº 23, de 2014, de autoria do deputado Antonio Salim Curiati. Apela para a Sra. Presidenta da República a fim de que determine ao Ministério da Saúde a adoção das medidas cabíveis no sentido de que o Sistema Único de Saúde (SUS) realize o exame de elastografia hepática transitória, por meio do equipamento Fibroscan.

16 - Moção nº 91, de 2014, de autoria do deputado Itamar Borges. Apela para a Sra. Presidente da República a fim de que determine ao Ministério da Saúde a elaboração de estudos e a adoção de providências urgentes para que seja mantida a entrega gratuita de colírios hipotensores aos portadores de glaucoma, através do programa de assistência ao portador de glaucoma.

17 - Moção nº 94, de 2014, de autoria do deputado Welson Gasparini. Apela para a Sra. Presidente da República a fim de que determine aos órgãos competentes, em especial ao Ministério da Saúde, a elaboração de estudos e a adoção das providências cabíveis a fim de incluir a síndrome de Menkes (tricotriiodistrofia) no rol de doenças a serem gratuitas e obrigatoriamente diagnosticadas na triagem neonatal ou teste do pezinho, de que trata a Portaria nº 822, de 6 de junho de 2001, que institui, no âmbito do Sistema Único de Saúde, o Programa Nacional de Triagem Neonatal.

18 - Moção nº 102, de 2014, de autoria da Comissão de Atividades Econômicas. Apela para a Sr. Presidente da República e para os Srs. Presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, bem como para os líderes partidários, a fim de que empreendam esforços para promover as medidas necessárias ao registro eficaz de agrotóxicos, que possui caráter imprescindível à segurança alimentar do país.